



AVISO IMPORTANTE:



Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



PC-MS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO MATO GROSSO SUL

500 questões gabaritadas
Escrivão de Polícia Judiciária

EDITAL N. 1/2025 – SAD/SEJUSP/PCMS/APJ/2025



C  D: SL-095JL-25
7908433280200

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Direito Constitucional	43
3. Direito Administrativo.....	57
4. Direito Penal	73
5. Direito Processual Penal	87
6. Direitos Humanos	99
7. Informática.....	117
8. Raciocínio Lógico	131
9. Legislação Institucional.....	145
10. Tecnologia da Informação e Comunicação	161

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (2024)

Texto para a questão seguinte...

O projeto de cada indivíduo pode ser traçado desde a infância, mas também pode ser construído ou modificado nas diferentes fases da vida. A ênfase existencialista se coloca no exercício permanente da liberdade da escolha e da responsabilidade individual na construção de um projeto de vida que dê significado às nossas existências até os últimos dias.

GOLDENBERG, Mirian. *A Invenção de uma bela velhice*. 2021. p.48

Observe o fragmento de texto abaixo e atente para os termos destacados em maiúscula:

I. "O projeto de cada indivíduo pode ser **TRAÇADO** desde a infância..." - como o termo destacado, grafase também o termo "Açetinado"

II. "A **ÊNFASE** existencialista se coloca..." - como o termo destacado, grafase também o termo "Parálise".

III. "...da responsabilidade individual na **CONSTRUÇÃO** de um projeto de vida." - como o termo destacado, grafase também o termo "Especulação".

IV. "O projeto de cada indivíduo pode ser traçado desde a **INFÂNCIA**..." - como o termo destacado, grafase também o termo "Ância".

Está **CORRETO** o que se afirma em

- (A) II e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV

2. (2025)

Analise as palavras a seguir quanto aos seus elementos mórficos. O conjunto em que todas as palavras dadas apresentam prefixos que equivalem em significado é:

- (A) anacrônico; anônimo; anelídeo.
- (B) submissão; hipogeu; hemisfério.
- (C) extraordinário; intracontinental; antebraço.
- (D) infeliz; desleal; ingerir.
- (E) dígrafo; bípede; biênio.

3. (2024)

Leia atentamente o texto a seguir e responda à questão à rede de esgoto nos maiores municípios do país

Pessoas negras e indígenas são os grupos sociais que menos têm acesso ao saneamento básico no Brasil, segundo dados do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgado nesta sexta-feira (23).

A pesquisa, realizada em 2022, levou em conta a proporção dos moradores em domicílios particulares permanentes com esgotamento sanitário por rede coletora, pluvial ou fossa séptica.

Nacionalmente, a maior proporção de atendimento por serviços públicos de saneamento ocorre para as pessoas amarelas, seguidas das brancas.

Considerando as 18 cidades mais populosas do país, pessoas brancas ou amarelas também são as que mais têm acesso a esse tipo de política pública.

O destaque negativo ocorre na cidade de Maceió. A capital alagoana registra os piores índices para quase todos os grupos sociais, exceto indígenas. No município, entre os amarelos, 40,4% das pessoas não têm acesso ao saneamento; entre os pretos, o número é de 35,9%; pardos são 34,9%; e brancos são 28%.

Já em relação aos indígenas, a cidade com os piores índices é Manaus. Na capital do Amazonas, 39,9% desse grupo não tem acesso ao saneamento.

Por outro lado, o melhor atendimento em saneamento básico, para todos os grupos sociais, ocorre na cidade de Curitiba. No município, 99,6% dos amarelos são atendidos pela política. Entre a população branca na capital paranaense, 98,9%; pretos 97,9%; pardos 97,7%; e indígenas 97,2%.

Dos 18 municípios analisados, em 17 deles as populações negra (que inclui pretos e pardos) e indígena são o grupo social com menos acesso às políticas de saneamento.

"Isso não é algo novo. O que está sendo colocado agora em números é, na verdade, o retrato de um processo histórico", afirma Victor de Jesus, um dos coordenadores do Núcleo Capixaba de Estudos da Experiência Humana em Meio Urbano.

Segundo ele, esse é um processo antigo. Desde o século 19, quando passou a ser desenvolvido o planejamento urbano das cidades brasileiras, a população negra não foi integrada aos espaços.

“Essa população não participa do processo decisório, não constrói políticas públicas e não é reconhecida como sujeito de direito. Com isso, o setor institui uma política capitalista, que vê saneamento como mercadoria e, portanto, só quem pode ter acesso é quem pode pagar, o que exclui mais uma vez.”

Em 2022, o Brasil ainda registrava o equivalente a 49 milhões de habitantes sem atendimento adequado de esgoto e 4,8 milhões de pessoas sem água encanada, apesar do crescimento desses serviços nas últimas décadas.

No caso do esgotamento sanitário da população em geral, 62,5% da população vivia em domicílios conectados à rede de coleta em 2022. Outros 13,2% estavam em endereços que usavam fossa séptica ou fossa-filtro como solução individual.

De acordo com o IBGE, as duas categorias são consideradas adequadas pelo Plansab (Plano Nacional de Saneamento Básico).

Assim, a população atendida por rede de esgoto ou fossa séptica chegou a 75,7%, na soma, em 2022 – o equivalente a 153,1 milhões de pessoas. O percentual subiu em relação aos recenseamentos anteriores – era de 64,5% em 2010 e de 59,2% em 2000.

(Tayguara Ribeiro. <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/02/populacoes-negra-e-indigena-tem-menor-acesso-a-rede-de-esgoto-nos-maiores-municipios-dopais.shtml>. 23.fev.2024)

Considerando as 18 cidades mais populosas do país, pessoas brancas ou amarelas também são as que mais têm acesso a esse tipo de política pública.

No período acima há

- (A) dois artigos e duas preposições.
- (B) dois artigos e três preposições.
- (C) três artigos e duas preposições.
- (D) três artigos e três preposições.

4. (2025)

A palavra em destaque é um adjetivo gentilício apenas em:

- (A) Pedro não soube dizer qual profissional havia tido o **melhor** desempenho.
- (B) O ator é reconhecido internacionalmente por sua **excelente** atuação.
- (C) As desventuras **inesperadas** complicaram ainda mais a situação.

(D) A moça parece ser **amicíssima** da vítima do acidente.

(E) O rapaz **soteropolitano** foi contratado na semana a **par** a

5. (2024)

Texto para a questão.

Empregos ligados à matemática

Pesquisa divulgada pelo Itaú Social revela que a qualidade dos empregos ligados à matemática **é muito maior** em termos de resiliência às situações de crise **do que a de outras ocupações** não vinculadas a essa disciplina, porque são cargos que demandam mais especialização. Durante a pandemia da Covid-19, os trabalhos intensivos em matemática tiveram queda de 6,8%, enquanto as demais ocupações mostraram retração de 13,1%.

“A gente vê o quanto o emprego reage e a recuperação de empregos se **estável**, mesmo em momentos de crise: o grau de formalidade desses empregos e o nível salarial são mais altos do que a média dos empregos brasileiros, mesmo quando considerados entre as pessoas que **ensino superior completo**”, disse **Agência Brasil** a gerente de Avaliação e Prospecção do Itaú Social, Fernanda Seidel.

“**Ou seja**, se a gente pega um trabalho intensivo em matemática, de alguém com ensino superior completo, e compara com um trabalho não intensivo em matemática, embora feito por alguém com ensino superior completo, na média, o salário **daquele** trabalho é o dobro.”

Embora os trabalhos vinculados à matemática sejam bons e tenham renda maior, eles reproduzem as desigualdades observadas na aprendizagem da matemática desde o ensino básico, em especial entre meninas e pessoas negras, englobando pretos e pardos, que apresentam desempenho bem mais baixo que os brancos do sexo masculino, explicou Fernanda.

Outra conclusão importante do estudo é que, diferentemente do que ocorre em outros países, o Brasil emprega um número baixo de pessoas ligadas às profissões vinculadas à matemática, que são mais resilientes e geram mais renda. Por isso, destaca a pesquisa, o país precisa acompanhar melhor esse quadro e se preocupar mais no sentido de política pública de desenvolvimento.

Fonte: Agência Brasil, 20 de fev. de 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/empregos-ligados-a-matematica/>. (ADAPTADO)

Ao reescrever a expressão “... se a gente pega um trabalho intensivo em matemática ...”, adotando uma linguagem mais formal e trocando o verbo destacado pela forma verbal “manter”, a alternativa que se apresenta correta é:

- (A) “... se nós mantermos um trabalho intensivo em matemática ...”
- (B) “... se nós mantivermos um trabalho intensivo em matemática ...”
- (C) “... se a gente manter um trabalho intensivo em matemática ...”
- (D) “... se nós manter um trabalho intensivo em matemática ...”

6. (2024)

A superioridade do setor público na área educacional

Otaviano Helene

Um dos “argumentos” frequentemente usados para justificar as privatizações, sejam elas feitas diretamente ou por meio de parcerias com fundações e associações, compra de serviço, terceirização, subvenção ao setor privado, entre outras, é a hipótese de que o setor privado é mais eficiente que o setor público. Entretanto, essa hipótese está errada.

Vejamos o caso do ensino superior. Quanto ao aspecto apenas financeiro ou econômico, é fácil verificar a superioridade do setor público: o custo de manutenção de um estudante em um curso na USP é inferior ao custo em um mesmo curso e com a mesma qualidade oferecido pelo setor privado. Para ilustrar isso, vamos examinar o orçamento da USP.

Como o objetivo aqui é comparar os custos do ensino, as despesas com aposentadorias e pensões devem ser subtraídas do orçamento da USP, uma vez que elas não são despesas educacionais e, nas instituições privadas, elas são feitas pelo INSS ou por fundos de aposentadoria e, portanto, não estão no orçamento da instituição. Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade. (Essas despesas com pesquisa em instituições de ensino foram estimadas com base em recomendações internacionais padronizadas, descritas no Manual de Frascati, documento comumente utilizado no Brasil como referência para cálculo dos investimentos em ciência e tecnologia,

como, por exemplo, nos Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação em São Paulo em 2010, publicados pela Fapesp.)

Nas estimativas apresentadas a seguir, foram considerados os orçamentos das várias unidades, acrescidos das despesas não alocadas a unidades específicas (prefeituras dos campi, Reitoria etc.), que foram distribuídas pelas unidades na proporção do número de alunos. No caso de algumas unidades que oferecem cursos a estudantes de outras unidades em quantidade significativa, parte do orçamento foi atribuída àquelas unidades que recebem os cursos. Os orçamentos dos hospitais, dos museus, da Edusp e de alguns outros órgãos cujas atividades não são exclusivamente, ou, pelo menos, majoritariamente destinadas ao ensino, foram parcialmente distribuídos por todas as unidades na proporção das matrículas, ou, quando era o caso, apenas pelas unidades cujas atividades eram mais próximas às daqueles órgãos.

É possível analisar os custos por aluno dos vários cursos separando-os em três grupos: cursos cujas cargas horárias dos estudantes são grandes e os laboratórios bastante complexos, sendo Medicina o mais típico deles; cursos com cargas horárias intermediárias e com laboratórios relativamente complexos, como os das áreas de ciências básicas ou Engenharia; e cursos que não exigem laboratórios ou estes se resumem a sistemas de computação, como, por exemplo, Matemática ou os cursos de humanidades. As despesas por estudante foram calculadas considerando-se matrículas de graduação e de pós-graduação. Usando as informações do Anuário Estatístico da USP, podemos estimar os custos mensais de um estudante em cada um desses três grupos. A valores atualizados para 2022, eles são da ordem de R\$ 6.000, R\$ 4.000 e R\$ 2.500, respectivamente. Esses valores estão abaixo dos valores das mensalidades dos cursos das mesmas áreas e com qualidade equivalente nas instituições privadas.

Caso as despesas com pesquisa, estimadas como sendo da ordem de 25% do orçamento total da Universidade, não tivessem sido excluídas, ainda assim o custo de uma matrícula na USP estaria abaixo da praticada pelo setor privado, sempre considerando cursos equivalentes.

Vale observar que esses valores estimados têm incertezas devidas a muitos fatores. Por exemplo, vários orçamentos, como do centro esportivo ou da assistência estudantil, foram distribuídos pelas unidades na proporção da quantidade de estudantes, apesar de o uso desses recursos poder variar entre estudantes

das diferentes unidades, dos cursos noturno e diurno etc. Os custos dos diferentes cursos em cada um daqueles três grupos também variam, assim como o custo em um mesmo curso em campi diferentes. Essas variações são, em média, da ordem de 20% ou 30%. Entretanto, como o orçamento total é fixo, caso os valores para alguns cursos tenham sido subestimados, outros, necessariamente, estarão superestimados e, portanto, não deve haver um erro para menos ou para mais em todas as estimativas.

Essas estimativas estão de acordo com outras feitas ao longo das últimas duas décadas, algumas delas publicadas no Jornal da USP. Esse fato mostra que não houve mudanças na tendência geral, quer quanto ao valor dos investimentos por aluno, quer quanto à comparação entre os setores público e privado.

Situação similar ocorre na educação básica. Dadas as mesmas condições econômicas e sociais dos estudantes e considerando uma mesma região do País, estudantes das instituições privadas só apresentam um desempenho equivalente ao dos estudantes das escolas públicas quando seus orçamentos, por matrícula, são bem superiores aos orçamentos das escolas públicas. Essa afirmação tem como base análise dos microdados do Enem.

Como regra, embora possa haver exceções, o setor público oferece um atendimento aos estudantes melhor do que o oferecido pelo setor privado cujas instituições têm o mesmo orçamento por pessoa matriculada. Como corolário dessa constatação, com a mesma quantidade de recursos por aluno, o setor público obtém melhor desempenho que o setor privado, tanto no ensino superior como na educação básica.

Não é apenas na educação que o setor público se mostra mais eficiente e obtém melhores resultados. Na área de saúde ocorre o mesmo: nenhum sistema privado de saúde conseguiria o desempenho do SUS com um orçamento equivalente, da ordem de R\$ 150 por mês e por pessoa, aí incluídas as despesas da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Além da questão meramente financeira, há muitos pontos positivos a favor do ensino público em comparação com o ensino privado. O setor público, por não cobrar mensalidades, não depende da capacidade da população para arcar com as despesas educacionais. Assim, ele pode oferecer o curso mais necessário em cada região, independentemente do poder aquisitivo da população local, coisa impossível no caso de instituições privadas. É comum, nas instituições públicas, o oferecimento, aos estudantes, de alimentação sub-

sidiada, moradia e atendimento em saúde; a evasão tende a ser menor do que nas instituições privadas e o acesso aos professores, maior. As possibilidades de atividades culturais e esportivas são maiores nas instituições públicas.

Talvez haja alguns pouquíssimos casos em que seja mais favorável uma colaboração com entidades não governamentais para superar alguns problemas específicos e em alguns momentos. No entanto, como regra e na enorme maioria dos casos, a privatização da educação escolar, ainda que parcialmente, é uma péssima ideia e uma prática que deve ser repudiada. Por implicar piores desempenhos com a mesma quantidade de recursos, é muito ruim, especialmente em um país carente de ensino e de profissionais e com recursos financeiros também limitados.

Disponível em: <<https://jornal.usp.br>>. Acesso em 01 jul. 2023.

[Adaptado]

Leia o período abaixo.

Um segundo aspecto diz respeito às despesas com pesquisa, feitas pela e na Universidade, que não devem ser incluídas como despesas com ensino uma vez que elas são, nas contas nacionais, incluídas nas despesas com ciência e tecnologia; incluí-las também como despesas com educação seria fazer uma dupla contabilidade.

Nesse período, o substantivo **despesas** é substituído por

- (A) um pronome relativo que exerce função sintática de objeto direto, um pronome pessoal reto e um pronome pessoal oblíquo.
- (B) um pronome relativo que exerce função sintática de adjunto adverbial, um pronome pessoal oblíquo e um pronome pessoal reto.
- (C) um pronome relativo que exerce função sintática de objeto indireto, um pronome pessoal oblíquo e um pronome pessoal reto.
- (D) um pronome relativo que exerce função sintática de sujeito, um pronome pessoal reto e um pronome pessoal oblíquo.

7. (2025)

Texto

Regulamentação da Polícia Penal – Desafios de Ontem e de Hoje João Vitor Rodrigues Loureiro*

Uma das primeiras e mais importantes reflexões sobre qualquer profissão, na atualidade, diz respeito a seu grau de especialização. Há razões que nos levam a crer que, quanto mais especializadas uma área de conhecimento e atuação profissional, mais seus profissionais encontram algum grau de apoio público, reconhecimento e respaldo para atuarem. Buscamos, por exemplo, se sentimos urticária, inicialmente um dermatologista; se precisamos consertar um computador, recorreremos a um técnico especializado em reparos de computadores; se queremos nos divorciar, buscamos um advogado especializado em divórcios etc. A modernidade estabeleceu-se na premissa de especialização do conhecimento, legitimando diversos tipos de atores em processos de solidariedade e coesão social.

Não é diferente com a segurança pública. Atualmente, para citarmos alguns exemplos, existem grupos especializados para combate ao crime organizado (nos aspectos investigativos, no âmbito das polícias judiciárias estaduais e Federal), batalhões específicos da PM voltados para repressão a crimes de violência contra as mulheres, ou mesmo o policiamento nas rodovias federais, que foi concebido por meio de uma carreira específica para esse fim.

Embora segurança pública encontre esteio em uma série de atividades muito além das de natureza policial – como aquelas relacionadas aos processos de prevenção primária, que visa promover direitos, inclusão social, mediante oferta de acessos sociais diversos que evitem a decisão pelo desvio –, nosso modelo de profissionalização sistêmica desse campo centraliza-se nas polícias, no que se refere à operacionalização – e não à estratégia – do Sistema Único de Segurança Pública, previsto no art. 9º,

§ 2º, da Lei no 13.675, de 11 de junho de 2018.

Usando-se dessa noção, mas com a real motivação de valorização dos ex-agentes penitenciários, em 2019, foi incluída uma nova categoria no art. 144, VI, da Constituição: os policiais penais. O contexto das atividades desses profissionais está adstrito a um objetivo da Lei de Execução Penal, “a reintegração social”. Inclusive, é possível afirmar que, no ciclo do Sistema Penal, esse campo é o da Política Penal, do cumprimento das decisões judiciais no campo da punição – não das ações ostensivas, repressivas e de

investigação da segurança pública, mesmo que o sistema prisional colabore para os objetivos da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, art. 6º, da Lei no 13.675, de 11 de junho de 2018.

Considerando essa problemática, embora as regulamentações dependam de regramentos estaduais, algumas diretrizes nacionais mínimas para a atuação desses profissionais, se por um lado são desejáveis – do ponto de vista das atitudes, competências e habilidades exigidas –, por outro, também podem representar certos riscos, se não forem definidas a partir de um amplo processo de discussão e escrutínio públicos, mediante a participação dos setores diversos que compreendem as atividades relacionadas à execução penal. Trata-se de desafios relacionados a atuações historicamente sedimentadas ou ainda em aberto, em disputa na conformação do papel desses profissionais.

Por quê? As atividades de custódia são apenas uma parte de um grande conjunto que forma o arco dos chamados serviços penais, hoje também estruturados, em nível nacional, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública: a Secretaria Nacional de Serviços Penais – Senappen (outroa Depen). Muito além das rotinas de vigilância (em muralhas, torres e postos de entrada/saída, acompanhamento de retirada/reingresso em celas e vivências, acompanhamento em audiências judiciais, inspeções internas e pessoais), o policial penal constitui-se num elo essencial para a regularidade dos serviços prisionais e atuação das demais carreiras profissionais integrantes do sistema, garantindo o exercício de serviços assistenciais e direitos diversos (como saúde, educação, trabalho, assistência jurídica, rotina de visitantes) na prisão. Além deles, os serviços relacionados à custódia provisória e à vida pós-prisão (serviços de acompanhamento de medidas em meio aberto, por exemplo) podem estar ou não associados à atividade do policial penal.

Apesar de sua importância, é preciso também compreender os limites de atuação desses profissionais: daí a necessidade de definição de um mandato estatutário, que compreenda seu caráter operacional para o funcionamento dos serviços, sua natureza civil, sua distinção com relação às atividades desempenhadas pelas demais polícias (não lhes competindo exercer atividades investigativas ou de prevenção de crimes em ambiente externo à prisão), os limites para uso de armamento letal e menos letal, sua distinção em relação às competências, habilidades e atitudes dos múltiplos perfis profissionais que exercem a ges-

tão estratégica dos serviços penais (a qual também pode ser desempenhada por esses profissionais, embora não exclusivamente por eles).

No processo de regulamentação de carreiras, outro risco importante se refere à “captura” ou ao mimetismo em relação a outras carreiras: um policial penal no nível dos estados certamente lida com desafios e rotinas muito distintos daqueles que compreendem as atividades dos policiais penais federais. Estabelecer essas diferenças e considerar a diversidade dos tipos de estabelecimento de custódia e serviços abrangidos é essencial nesse processo.

Nesse sentido, com vistas a contribuir para esse debate, o Laboratório de Gestão de Políticas Penais, em parceria com uma rede de signatários, elaborou recentemente o documento intitulado “Regulamentação da Polícia Penal – questões centrais para qualificar a discussão sobre a polícia penal e a Política Penal”. É um convite para a mobilização de toda a sociedade em torno de algo que a atinge diretamente.

*Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Pesquisador vinculado ao Laboratório de Gestão de Políticas Penais da UnB – LabGEPEN/UnB

Disponível em: <https://fontesegura.forumseguranca.org.br/regulamentacao-da-policia-penal-desafios-de-ontem-e-de-hoje/>. Acesso em: 1 jul. 2024.

No trecho “Apesar de sua importância, é preciso também compreender os limites de atuação desses profissionais: daí a necessidade de definição de um mandato estatutário...”, a função da expressão “apesar de” é

- (A) admitir fato contrário à ação principal, que não é capaz de impedi-la.
- (B) estabelecer uma relação de causa e efeito.
- (C) condicionar a ocorrência ou existência de algo.
- (D) demonstrar a consequência de determinada ação.
- (E) expressar uma finalidade.

8. (2025)

Com base no conectivo que introduz o período apresentado abaixo, qual é o sentido central veiculado por esse período?

“Embora a cirurgia de implante de silicone nas mamas seja considerada segura e amplamente realizada no Brasil e no mundo, como qualquer procedimento, está sujeita a complicações.”

MELERO, Maria Beatriz. *Silicone pode causar complicações? Entenda as principais e como evitá-las*. CNN Brasil, 06 de abril de 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/silicone-pode-causar-complicacoes-entenda-as-principais-e-como-evitá-las/>. Acesso em: 06 abr. 2025.

- (A) Concessão / adversidade.
- (B) Conclusão / resultado.
- (C) Condição / hipótese.
- (D) Causa / explicação.
- (E) Comparação / analogia.

9. (2024)

Leia o texto a seguir para responder à questão.

Agora, os pequenos sinais estão em toda parte. Artíficos inteligentes tomam decisões no lugar das pessoas de carne e osso. No trânsito, quem resolve se você vai virar à esquerda ou à direita é um algoritmo, que lhe dá ordens pela tela eletrônica. Por um sistema parecido, o taxista fica sabendo qual será o passageiro e em que endereço deve apanhá-lo. Ninguém escapa. Às vezes mais, às vezes menos, todo mundo segue a batuta de programas informatizados que dirigem a rotina das populações conectadas. O batimento cardíaco dos anônimos, o tráfego aéreo, as ebulições das bolsas de valores, a sensação de que gostam ou não gostam da gente: tudo passa pelos dígitos. O que antes gostávamos de chamar de “livre-arbítrio” se reduziu, enfim, ao arbítrio das máquinas.

Sinais, muitos sinais. O eleitorado se apoia em filminhos da internet para escolher em quem votar. Muita mentira passa por aí, já sabemos. No Brasil, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) anuncia que sua maior preocupação é conter a disseminação daquelas cenas perfeitas, irretocavelmente verossímeis, em que um candidato, na frente das câmeras, diz, com todas as sílabas escandidas, uma frase que jamais pronunciou – tudo obra da cibernética. Esse tipo de truque maligno grassou nas eleições da vizinha Argentina, e já se anteveem complicações do lado de cá da fronteira

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (2024)

Consubstanciado no artigo 1º da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamentos, a

- (A) cidadania; autodenominação dos povos; não-intervenção; e defesa da paz.
- (B) soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político.
- (C) soberania internacional; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e a singularidade política.
- (D) soberania social; a cidadania; a igualdade; a dignidade dos direitos humanos; os valores sociais do trabalho, da saúde; e o pluralismo político.
- (E) soberania social; independência nacional; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais da mulher, da livre iniciativa; e o pluralismo político.

2. (2024)

A República Federativa do Brasil é em um Estado Democrático de Direito, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito à democracia, analise os tópicos a seguir.

I. A Constituição dispõe de instrumentos de democracia participativa, tais como os conselhos, as ouvidorias e o orçamento participativo.

II. A democracia é exercida exclusivamente pelos representantes escolhidos pelo povo, seus legítimos mandatarios.

III. A democracia brasileira tem como um de seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

IV. No Brasil há um exemplo de democracia direta, considerando que a Constituição prevê expressamente que o poder emana do povo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

3. (2024)

Matheus, policial militar no Estado de São Paulo, participou de um curso, teórico e prático, de aperfeiçoamento em conjunto com forças de segurança pública de outros países da América do Sul, no âmbito do qual se discutiram, entre outras temáticas, os princípios que regem as relações internacionais dos países lá presentes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil rege-se, em suas relações internacionais, pelo princípio da(do)

- (A) erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais.
- (B) construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) garantia do desenvolvimento nacional.
- (D) repúdio ao terrorismo e ao racismo.

4. (2025)

À luz dos direitos e garantias fundamentais previstas na Constituição Federal de 1988, analise as assertivas a seguir:

I Em casos de infrações disciplinares, a Polícia Penal está autorizada a submeter o preso a tratamento degradante.

II Não haverá, em hipótese alguma, pena de morte no Brasil.

III Serão asseguradas, às presidiárias, condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

IV A lei penal retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

V A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

Estão corretas, apenas

- (A) I, II e III
- (B) II, III e IV
- (C) II, III e V

(D) II e IV

(E) III e V

5. (2024)

Um grupo de pessoas, com padrões axiológicos semelhantes, decidiu constituir uma associação visando à realização dos objetivos que têm em comum. Por se tratar de um grupo muito zeloso, requereu autorização ao órgão competente do Município Delta para criar a referida associação. O requerimento, no entanto, foi denegado.

À luz da Constituição da República, é correto afirmar que

(A) a autorização sequer deveria ter sido requerida, já que dispensada pela ordem constitucional.

(B) a denegação do requerimento formulado somente será lícita se forem apresentados os respectivos motivos.

(C) somente se o órgão competente demonstrar a existência de interesse público será regular a denegação do requerimento.

(D) a autorização é ato administrativo discricionário, que pode ser, ou não, concedida, conforme o juízo de valor do órgão competente.

(E) tanto a autorização de criação como a dissolução compulsória da associação são atos vinculados do Município, caso sejam preenchidos os respectivos requisitos.

6. (2024)

No que concerne aos direitos e aos deveres individuais e coletivos, bem como aos direitos sociais, de nacionalidade e políticos, assinale a opção correta.

(A) Ao tratar dos direitos políticos, a Constituição Federal de 1988 (CF) admite, apenas em caráter excepcional, candidaturas avulsas, isto é, de não filiados a algum partido político.

(B) O direito a não ser torturado é exemplo de direito fundamental de caráter absoluto.

(C) Em virtude da proteção constitucional à intimidade, nenhuma informação sobre a vida das pessoas pode ser divulgada sem o consentimento delas.

(D) Na determinação da nacionalidade dos brasileiros, a Constituição Federal de 1988 (CF) adota exclusivamente o critério territorial (*jus soli*).

(E) Devido à liberdade de crença, a Constituição Federal de 1988 (CF) não admite o proselitismo religioso.

7. (2024)

Segundo a Constituição Federal de 1988, o direito que pertence aos autores de forma exclusiva para utilização, publicação ou reprodução de suas obras, sendo um privilégio vitalício e ainda podendo ser transmitido aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar, denomina-se:

(A) autoral

(B) proteção à criação

(C) de propriedade industrial

(D) de propriedade de marcas

8. (2024)

Os direitos coletivos são direitos fundamentais titularizados e exercidos por pessoas coletivamente consideradas entre si, com determinabilidade de seus membros ou não.

Diante do exposto, é correto afirmar que são direitos fundamentais coletivos o direito

(A) à vida e à nacionalidade.

(B) à honra e à imagem.

(C) à propriedade e à intimidade.

(D) à liberdade e à igualdade.

(E) ao meio ambiente e ao consumidor.

9. (2024)

Determinada guarnição da Polícia Militar de São Paulo capturou, em flagrante, Caio, acusado de praticar o crime de racismo, encaminhando-o, na sequência, à Delegacia de Polícia.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a autoridade policial

(A) não poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, além de imprescritível e sujeito à pena de reclusão, tem natureza inafiançável.

(B) não poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, embora prescritível e sujeito à pena de detenção, tem natureza inafiançável.

(C) poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, embora imprescritível e sujeito à pena de reclusão, tem natureza afiançável.

(D) poderá arbitrar fiança em benefício de Caio, pois o crime de racismo, além de prescritível e sujeito à pena de detenção, tem natureza afiançável.

10. (2024)

No que tange aos direitos e deveres individuais e coletivos previstos no Texto Constitucional de 1988, assinale a opção correta.

- (A) É assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais.
- (B) O Município prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, por meio de Defensorias Públicas Municipais.
- (C) O Município indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- (D) A prática do feminicídio constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

11. (2024)

Leia o caso a seguir.

L.M. foi detido por autoridades locais sob a alegação de desacato durante uma manifestação pacífica. A prisão ocorreu sem mandado judicial e sem que L.M. tivesse cometido qualquer ato de violência ou desordem. Ele foi mantido em detenção sem acesso a um advogado e sem a possibilidade de comparecer imediatamente perante um juiz para questionar a legalidade de sua detenção.

Elaborado pelo(a) autor(a)

Diante desse cenário, qual a medida jurídica adequada para o exercício da liberdade de locomoção do homem?

- (A) Pedir a um familiar que impetre um habeas corpus para sua liberação, argumentando que sua detenção é ilegal e constitui um abuso de poder.
- (B) Aguardar a intervenção do Ministério Público, que tem o dever constitucional de zelar pelos direitos dos cidadãos em situações de detenção arbitrária.
- (C) Solicitar um mandado de segurança para contestar a legalidade de sua detenção, uma vez que ele acredita que seus direitos constitucionais foram violados.

(D) Registrar uma queixa formal junto ao Conselho Nacional de Justiça, solicitando uma revisão do comportamento das autoridades policiais durante a manifestação.

(E) Procurar compensação por danos morais após a liberação, sem buscar medidas judiciais imediatas para contestar a detenção já que as autoridades policiais possuem competência para o ato de prisão.

12. (2024)

Nas alternativas a seguir estão listados direitos sociais do cidadão, à exceção de uma.

Assinale-a.

- (A) educação
- (B) liberdade de expressão
- (C) moradia
- (D) proteção à infância

13. (2025)

Paloma é brasileira nata e deseja adquirir a nacionalidade italiana de seu marido, naturalizando-se, assim, italiana, de forma voluntária. Moisés é brasileiro nato residente em território estrangeiro &, como condição para permanência no referido território, terá que se naturalizar, em decorrência de imposição pela norma estrangeira. Considera-se somente a informações fornecidas, nas situações descritas, se ambos se naturalizarem,

- (A) será declarada a perda da nacionalidade brasileira tanto de Paloma, quanto de Moisés.
- (B) será declarada a perda da nacionalidade brasileira tanto de Paloma, quanto de Moisés, porém poderá readquiri-la, apenas Moisés, se vier a residir novamente no Brasil.
- (C) será declarada a perda da nacionalidade brasileira apenas de Paloma.
- (D) não será declarada a perda da nacionalidade brasileira nem de Paloma, nem de Moisés.
- (E) será declarada a perda da nacionalidade brasileira apenas de Moisés.

14. (2024)

Túlio é brasileiro nato, mas mora na Alemanha há vários anos e pretende tornar-se um cidadão daquele país, preenchendo os requisitos para tanto. Após sua naturalização, Túlio deseja fazer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira, perante autoridade competente, pois acredita que assim se integrará melhor à cultura alemã. Considerando apenas as informações fornecidas, de acordo com a Constituição federal de 1988, Túlio, depois de se naturalizar alemão,

- (A) não poderá renunciar à nacionalidade brasileira, como pretendido, pois a perda da nacionalidade brasileira originária somente seria cabível se Túlio tivesse atentado contra o Estado Democrático,
- (B) poderá renunciar à nacionalidade brasileira, como pretendido, o que não o impede de readquiri-la, nos termos da lei.
- (C) poderá renunciar à nacionalidade brasileira, como pretendido, sendo vedada sua readquirição posterior.
- (D) perderá automaticamente a nacionalidade brasileira, tendo em vista que terá adquirido outra nacionalidade por naturalização voluntária, não podendo readquiri-la.
- (E) não poderá renunciar à nacionalidade brasileira, como pretendido, pois não se admite a perda da nacionalidade de brasileiros natos.

15. (2024)

A Câmara Municipal X aprovou uma consulta popular sobre questões locais e deseja que ela seja realizada concomitantemente às eleições municipais de 2024, a qual observa os limites operacionais relativos ao número de quesitos. Álvaro, prefeito do Município X, é completamente contra as questões que serão submetidas à consulta popular.

Com base na situação hipotética e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) para a consulta popular ser realizada simultaneamente às eleições municipais, deve ser encaminhada ao Tribunal Superior Eleitoral até 180 dias antes das eleições.
- (B) não mais se admite a realização de consulta popular concomitantemente às eleições municipais, por falta de regulamentação adequada.
- (C) as manifestações contrárias de Álvaro às questões submetidas à consulta popular ocorrerão durante a campanha, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.

(D) para a consulta popular ser realizada simultaneamente às eleições municipais, deve ser encaminhada à Justiça Eleitoral até 30 dias antes das eleições.

(E) Álvaro poderá se manifestar contrariamente às questões submetidas à consulta popular, desde que antes da campanha política.

16. (2024)

Margarida tem 66 anos de idade, é brasileira e professora. Sua neta, Magali, é estrangeira, oriunda da Inglaterra, tem 18 anos de idade, e deseja morar no Brasil para se candidatar ao cargo de Deputada Estadual, tendo o total apoio de sua mãe, Juréia, que é analfabeta e brasileira nata. Considerando apenas as informações fornecidas, nessa situação, o alistamento eleitoral e o voto são

- (A) facultativos para Margarida e para Juréia, sendo que Magali não poderá se candidatar ao cargo que pretende.
- (B) obrigatórios para Margarida e facultativos para Juréia, sendo que Magali não poderá se candidatar ao cargo que pretende.
- (C) facultativos para Margarida e para Juréia, sendo que Magali poderá se candidatar ao cargo que pretende.
- (D) obrigatórios para Margarida e para Juréia, sendo que Magali não poderá se candidatar ao cargo que pretende.
- (E) obrigatórios para Margarida e facultativos para Juréia, sendo que Magali poderá se candidatar ao cargo que pretende.

17. (2024)

Em conformidade com a Constituição Federal, o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para:

- I. Os analfabetos.
- II. Os maiores de sessenta e cinco anos.
- III. Os maiores de quatorze e menores de dezoito anos.

Está **CORRETO** o que se afirma:

- (A) Apenas no item I.
- (B) Apenas no item II.
- (C) Apenas nos itens II e III.
- (D) Em todos os itens.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (2024)

João, agente público, editou uma instrução, contendo diversas diretrizes que devem ser observadas durante a atuação dos servidores públicos que lhe são subordinados. Nesse contexto, em observância à instrução que fora confeccionada, Matheus emitiu, a pedido de um particular, um atestado, declarando a existência de um determinado fato.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante sobre as espécies de atos administrativos, é correto afirmar que

- (A) a instrução editada por João se caracteriza como um ato administrativo enunciativo. Por sua vez, o atestado emitido por Matheus é um ato administrativo ordinatório.
- (B) a instrução editada por João se caracteriza como um ato administrativo ordinatório. Por sua vez, o atestado emitido por Matheus é um ato administrativo enunciativo.
- (C) a instrução editada por João se caracteriza como um ato administrativo normativo. Por sua vez, o atestado emitido por Matheus é um ato administrativo ordinatório.
- (D) a instrução editada por João e o atestado emitido por Matheus se caracterizam como atos administrativos enunciativos.
- (E) a instrução editada por João e o atestado emitido por Matheus se caracterizam como atos administrativos ordinatórios.

2. (2024)

Considere que Luísa é servidora pública no âmbito do Poder Executivo do Município X e no dia 1o de fevereiro de 2024 ela emitiu um ato administrativo concedendo vinte diárias e férias a Júlia, servidora pública. Ocorre que 15 dias depois da publicação do ato, Luísa verificou que Júlia apenas teria direito às férias, tendo, em seguida, emitido um novo ato retirando a concessão das diárias e confirmando as férias.

Com base na situação hipotética, é correto afirmar que

(A) Luísa não atuou em conformidade com o ordenamento jurídico, pois quando o ato administrativo padece de vícios de forma ele deverá ser revogado em sua integralidade.

(B) a conduta de Luísa, ao emitir o segundo ato administrativo, está correta, na medida em que se admite a convalidação na forma de reforma, suprimindo a parte inválida e mantendo apenas a válida.

(C) Luísa agiu corretamente, pois admite-se a convalidação do ato administrativo com vícios sanáveis, tendo o ato que convalida efeitos ex nunc.

(D) a conduta de Luísa vai ao encontro do disposto no ordenamento jurídico, pois, na verdade, o primeiro ato administrativo caducou.

(E) Luísa não agiu corretamente, na medida em que somente o seu superior hierárquico poderia se valer da convalidação do ato administrativo e desde que não passados quarenta e oito horas da publicação do primeiro ato administrativo.

3. (2024)

Considerando o tema Poder de Polícia, analise as assertivas abaixo:

I. O Poder de Polícia é prerrogativa exclusiva das autoridades policiais, sendo sua aplicação restrita à segurança pública.

II. O Poder de Polícia é uma prerrogativa do Estado que limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

III. A discricionariedade, a autoexecutoriedade e a coercibilidade são atributos do Poder de Polícia.

IV. O exercício do Poder de Polícia visa a repressão de condutas ilícitas, não incluindo a prevenção de danos ao interesse coletivo.

V. Todos os ciclos do Poder de Polícia podem ser delegados.

Assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A assertiva III está correta e as assertivas I, II, IV e V estão incorretas.
- (B) As assertivas II e III estão corretas e as assertivas I, IV e V estão incorretas.
- (C) As assertivas IV e V estão corretas e as assertivas I, II e III estão incorretas.
- (D) As assertivas I, II e III estão corretas e as assertivas IV e V estão incorretas.
- (E) A assertiva IV está correta e as assertivas I, II, III e V estão incorretas.

4. (2024)

Acerca da Administração Pública, julgue as frases abaixo.

I. A Administração Pública compreende os órgãos da administração direta (autarquias e fundações) e as entidades da administração indireta (estrutura central de governo e sociedades de economia mista).

II. A Administração Pública refere-se ao conjunto de órgãos, entidades e agentes que exercem as atividades estatais com o objetivo de atender aos interesses coletivos e garantir o bem-estar da sociedade.

III. Um dos elementos fundamentais da Administração Pública é a divisão em esferas: federal, estadual e municipal.

Está(ão) CORRETA(S) a(s) seguinte(s) proposição(ões).

- (A) Apenas, III;
- (B) Apenas, I e III;
- (C) Apenas, II e III;
- (D) Apenas, II;
- (E) Apenas, I.

5. (2024)

Acerca do Decreto nº 11.624/2023, que trata da aprovação da Estrutura Regimental e do Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Pesca e Aquicultura, no que concerne às competências dos órgãos, pode-se afirmar que é de competência do Gabinete:

- (A) assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social e ocupar-se das relações públicas e do preparo, despacho e controle de seu expediente.
- (B) prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo, aos gestores do Ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em

conselhos e em comitês, nas áreas de controle, gestão de riscos, transparência e integridade da gestão.

(C) fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser seguida uniformemente na área de atuação do Ministério quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União.

(D) articular e promover as relações políticas do Ministério com os diferentes segmentos da sociedade civil, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República.

(E) acompanhar a implementação das recomendações da Controladoria-Geral da União e das deliberações do Tribunal de Contas da União relacionadas ao Ministério, e atender a outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado.

6. (2024)

Pedro, analista da Comissão de Valores Mobiliários, no exercício da função, praticou ato ilícito que, com o comprovado nexo causal, resultou em danos morais e materiais ao administrado Antônio, sem a incidência de quaisquer causas de excludente de responsabilidade civil.

No caso em tela, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores, Pedro deve direcionar ação indenizatória em face de(a):

- (A) Antônio, agente público responsável pelo ato ilícito, diretamente, com base em sua responsabilidade civil objetiva, em que não há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente;
- (B) Comissão de Valores Mobiliários, com base na teoria da dupla garantia, incidindo a responsabilidade civil objetiva, em que não há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente;
- (C) União, com base na teoria da garantia, incidindo a responsabilidade civil objetiva, em que não há necessidade de se comprovar culpa ou dolo do agente;